

Deus chegou antes...

## **APROPÓSITO DA XXXIV CONGREGAÇÃO GERAL DA COMPANHIA DE JESUS**

De 5 de janeiro a 22 de março deste ano, 223 jesuítas de todas as partes do mundo estiveram reunidos em Roma. Pela trigésima quarta vez em sua história de 450 anos, reunia-se o órgão legislativo máximo da Companhia de Jesus, a Congregação Geral. À primeira vista, um assunto interno da Ordem pouco teria a ver com os leitores desta revista, mesmo que dirigida por jesuítas. Entretanto, de certo modo, a própria orientação da revista está em questão.

Quando em 1982 a **Perspectiva Teológica** passou a ser o órgão da Faculdade de Teologia do recém criado Centro de Estudos Superiores de Belo Horizonte, comprometíamos-nos no editorial a orientá-la no sentido da missão da Companhia, expressa por uma Congregação Geral anterior, a de número 32, realizada em 1974/75. "O serviço da fé, do qual a promoção da justiça constitui parte integrante" foi assumido como diretriz da revista, dentro do conjunto da ação apostólica da Companhia. Se temos sido fiéis, cabe ao leitor julgá-lo. A nova Congregação Geral reafirmou e redefiniu a missão da Companhia, mantendo a união do serviço da fé com a promoção da justiça e acrescentando a inculturação e o diálogo inter-religioso como dimensões intrínsecas da evangelização.

Mas não só pelo reflexo da Congregação Geral sobre a linha editorial de nossa revista, o tema da missão da Companhia no mundo atual merece consideração. A Companhia abordou-o no intuito de, fiel a seu serviço eclesial, posicionar-se face a desafios que a realidade do mundo de hoje põe à ação evangelizadora como tal. Por isso certamente também a outras pessoas envolvidas na missão da Igreja, como são nossos leitores, pode interessar — e quem sabe inspirar — a resposta dada pelos jesuítas.

Na década de 70, quando a XXXII Congregação Geral acentuou a relação fé — justiça, a Igreja vivia sob o impacto da descoberta dos pobres como fruto

de estruturas econômicas e sociais injustas. Havia bem pouco a Conferência de Medellín (1968) traduzira para a América Latina as orientações do Concílio, de forma criativa e exemplar. O Sínodo de Bispos sobre a justiça sublinhara a relação íntima entre evangelização e promoção da justiça que Paulo VI logo confirmaria na magistral exortação **Evangelii nuntiandi**. O pobre se apresentava à Igreja com novo rosto: **o estruturalmente pobre**. Importava redimensionar nesse sentido o amor preferencial por ele que a Igreja recebera como legado desde as origens. A dimensão estrutural da pobreza não permitia contentar-se com o assistencialismo tradicional; era preciso dar um passo à frente, entender os pobres como sujeito histórico, pôr-se a seu lado, comprometer-se com sua causa. A caridade individual não bastava; urgia pôr em prática uma caridade sócio-política. A esperança de transformações radicais estava bem viva no horizonte. Ninguém se podia omitir.

Nesse contexto florescem na América Latina a pastoral e a teologia que se tornaram conhecidas com o qualificativo “da libertação”. Os jesuítas, no âmbito universal, também se empenharam em sentido semelhante, buscando unir fé e justiça em todas as suas atividades. O sangue dos mártires jorrou abundante na América Latina e a Companhia agradece a Deus porque também membros seus foram dignos de tombar junto com outros lutadores pela causa da fé e da justiça. Ignacio Ellacuría e seus companheiros, em El Salvador, foram os últimos de uma longa lista.

Se os anos 70 se caracterizaram pela descoberta do pobre estrutural, no decorrer da seguinte década e meia, até nossos dias, a consciência pastoral vem sendo marcada pela **emergência do outro**, do diferente. Essa foi uma experiência significativa na própria Congregação Geral. Nunca semelhante reunião de jesuítas fora tão internacional. Jamais a Ásia e a África haviam estado tão (bem) representadas.

Temáticas como evangelização da cultura, diálogo com não-cristãos, inculturação já se tornaram habituais no discurso da Igreja. O magistério produziu magníficos textos, cujos princípios talvez tenham ficado no papel e passado despercebidos. Em todo o caso, parece terem sido pouco assimilados na prática. A temática é —ou devia ser— conhecida na Igreja. Suas raízes estão no decreto sobre a atividade missionária da Igreja e nas declarações sobre a liberdade religiosa e sobre as religiões não-cristãs, do Concílio Vaticano II. Em sua encíclica inaugural, **Ecclesiam suam**, Paulo VI declara o diálogo como “uma nova maneira de ser Igreja” (**Ecclesiam suam**, 63). Os recentes documentos “Diálogo e missão” (1984) e “Diálogo e anúncio” (1991) e a encíclica **Redemptoris missio**, de João Paulo II reforçam a relação entre evangelização, inculturação e diálogo inter-religioso. Seguindo a mesma lógica, a Conferência de Santo Domingo (1992) estabeleceu a inculturação como linha prioritária.

Não obstante, a questão do outro, do diferente, continua a ser um desafio novo. Põe-se à Igreja a partir da consciência crescente do pluralismo como

característica de uma mentalidade que se faz cada vez mais generalizada. O mundo sempre foi plural, mas não pluralista. O pluralismo acrescenta à pluralidade sua aceitação consciente e procurada, por reconhecê-la como fomentadora de riqueza humana e construtora de convivência mais harmônica.

A descoberta do diferente não significa negação da experiência anterior da emergência do pobre estrutural. Aprofunda-a e prolonga-a, ampliando-a do âmbito social e econômico ao cultural. O pobre estrutural tem feição cultural própria. Não é o sem-cultura, mas o possuidor de outra cultura, diferente da dominante ou hegemônica. Por outro lado, a injustiça, que causa a pobreza e se mantém indiferente face a ela, é um fator cultural e não apenas sócio-econômico. A Congregação Geral o reconhece: "A justiça pode brotar autenticamente só desde a transformação da cultura, já que as raízes da injustiça estão incrustadas tanto nas atitudes culturais como nas estruturas sócio-econômicas" (Decreto "Servidores da missão de Cristo", 17).

A opção pelo pobre exige, pois, também levar em consideração os fatores culturais e optar pelo diferente. Esta opção, por sua vez, é igualmente uma questão de justiça: a justiça face ao outro que, por ser diferente, é considerado menos válido ou posto de lado e excluído. Não é justo que para ser cristão se exija que as pessoas abracem a cultura ocidental européia. O Evangelho não tem donos nem é monopólio do Ocidente.

Como a opção pelo pobre se traduz em busca de **justiça**, a opção pelo outro se concretiza em **diálogo**. Aproximar-se do outro com simpatia, sem opiniões preconcebidas, disposto a ouvir e aprender exprime o reconhecimento do outro em sua alteridade. O diálogo abre os horizontes e supõe corações abertos. Quem tudo sabe não dialoga; só ensina. Quem se considera melhor não dialoga; só julga. A essa atitude de humildade nos convida a opção pelo outro enquanto outro.

Foram muitos os rostos diferentes que a Congregação Geral contemplou e dos quais se quis aproximar em diálogo. Em primeiro lugar **as culturas não-ocidentais, dentre elas as culturas indígenas**. Pela primeira vez na mais que quadricentenária história da Companhia, um número significativo de seu corpo legislativo máximo não era de cultura ocidental e havia entre eles indígenas. O país mais numerosamente representado —correspondendo a sua proporção no corpo da Companhia—era a Índia, caracterizada por uma cultura bem distinta da ocidental e enriquecida pelo patrimônio cultural de muitos povos indígenas. Se à Índia somarmos as vozes do resto da Ásia e da África, teremos uma presença significativa de culturas não-ocidentais provenientes de países onde o cristianismo é minoritário. O outro, o diferente é **o culturalmente outro**. São as milenares culturas asiáticas e africanas, com as religiões que moldaram suas escalas de valores. São as culturas indígenas que resistem nos diversos continentes a séculos de opressão, no respeito ao

meio ambiente inspirado numa religião animista. A inculturação revela-se como dimensão intrínseca da evangelização.

A ela se acrescenta o diálogo inter-religioso. João Paulo II reconhece-o como etapa da evangelização, com sentido em si, sem que se substitua à proclamação do Evangelho, nem possa ser por ela instrumentalizado (cf. **Redemptoris missio**, 55). Passando dos princípios à ação, o Papa tem participado de encontros inter-religiosos de oração pela paz, como o de Assis em 1986. “Ser religioso hoje —sublinha a Congregação Geral— equivale a ser inter-religioso no sentido de que a relação positiva com os fiéis de outras religiões é algo exigido num mundo de pluralismo religioso” (Decreto “Nossa missão e o diálogo inter-religioso”, 3).

**Pluralismo** é outra consequência da rica experiência dos 223 delegados. Do norte-americano ao zaireense, do filipino ao romeno, do mexicano ao árabe, toda a diversidade de tradições e mentalidades esteve presente na Aula da Congregação. A Companhia do futuro, como a própria Igreja, já não será uniforme, mas pluralista. Por isso, colaboração internacional foi um dos temas que mereceu cuidado especial, levando em consideração a difícil tensão entre “estar profundamente enraizados apostolicamente” no ambiente cultural onde atuamos, e “o caráter universal de nossa vocação e serviço” (Decreto “Cooperação internacional e supraprovincial”, 3).

Num corpo constituído somente de varões, como a Companhia, **o diferente é também a mulher**. Dialogar com o diferente significará saber ouvir e aprender da experiência das mulheres que vão dia a dia desmascarando, pelo mundo afora, o sexismo e patriarcalismo milenares que a submetem à opressão. A Congregação Geral julgou de justiça posicionar-se face a essa problemática, não para falar em nome da mulher, mas sim para dar a conhecer “o que aprendemos das mulheres sobre nós mesmos e sobre nossa relação com elas” (Decreto “Os jesuítas e a situação da mulher na Igreja e na sociedade”, 7). Na Igreja “fomos cúmplices de uma forma de clericalismo que reforçou o domínio convencional do varão” e o canonizou como abençoado por Deus. Importa agora “reagir pessoal e corporativamente e fazer o que possamos para mudar essa situação lamentável” (ib., 9).

Se o imperativo é reconhecer o outro em sua alteridade, não se podia esquecer **o leigo** que, numa Igreja clericalizada, é sempre o outro, o menor de idade, o excluído. Na expectativa de uma Igreja que possa ser chamada de “Igreja dos leigos” (Decreto “A colaboração com os leigos na missão”, 1), a Congregação Geral sublinhou a necessidade de pormo-nos a serviço do protagonismo desses que são a maioria absoluta da Igreja. A perspectiva da alteridade é, outra vez, a tônica: não se trata de, por falta de vocações, aceitarmos de bom grado que os leigos colaborem conosco, mas de **colaborarmos nós com eles em sua missão** própria e específica, em vez de querermos fazer deles “minipadres” ou “semijesuítas”.

**O diálogo ecumênico** não era novidade como tema de uma Congregação Geral. Mas, no contexto da opção pelo outro foi reafirmado com força e amplitude. Não se trata de um trabalho específico, para especialistas. "O ecumenismo é uma nova forma de ser cristão" (Decreto "Ecumenismo", 3).

Numa Igreja que ainda reluta em sair da cultura discursiva linear, intelectualizada e escrita, a Companhia é convocada a tomar a sério o giro cultural que significa "a proliferação dos meios eletrônicos e a chamada revolução da informática" com seus "novos modos de aprendizagem e conhecimento". Significa aceitar o diferente e buscar inculturar-se numa "cultura não linear, orientada à imagem, intuitiva e afetiva em sua compreensão do mundo" (Decreto "Comunicação: uma nova cultura", 1). Para dialogar com as pessoas do mundo atual, requer-se entrar na nova forma de expressar-se da **cultura da comunicação**.

Mas não tudo são flores nesse mundo da **modernidade crítica**, onde se implantou o giro cultural da comunicação. Inculturar-se, sim, mas sem perder a força profética do Evangelho que é sempre contracultural. "Se a vida cristã não se diferencia visivelmente da cultura da modernidade, não terá nada especial a oferecer" (Decreto "Nossa missão e a cultura", 24). Ora, a modernidade crítica que se arvora em cultura global na sua pretensão de sobrepor-se a todas as culturas particulares, é responsável pela injustiça estrutural existente. Com ela, sob esse ponto de vista, o cristão — e por isso o jesuíta — não pode ser de forma alguma conivente. Ademais de todos os avanços que significa, a modernidade tem algo perverso a ser denunciado pelo dinamismo profético do cristão.

Definindo a missão da Companhia de Jesus como uma evangelização que se traduz em promoção da justiça e se realiza em diálogo com as culturas e as demais tradições religiosas, a Congregação Geral pressupõe a íntima unidade dessas distintas dimensões. Evangelizar é proclamar com palavras e ações a Jesus morto e ressuscitado. Só se pode fazê-lo, testemunhando com nossa vida a vida mesma de Cristo, ou seja: encarnando-nos nas distintas culturas e realizando as obras messiânicas, a proximidade aos últimos e o cuidado por eles, desde a fé no Senhor crucificado e ressuscitado (cf. Lc 7,22). Assim evangelização, no sentido próprio do termo, ou seja: como proclamação do Senhor morto e ressuscitado, só existe inculturada e em proximidade com os pobres. **Evangelização é, "sem divisão nem confusão", anúncio da salvação em Cristo Jesus, desde dentro das culturas e desde o lugar dos pobres.**

Na atual conjuntura eclesial do Brasil, procura-se jogar uma parte da Igreja contra outra: de um lado, os que pretendiam dar prioridade ao espiritual; de outro, os que privilegiariam o político. Pode ser tentador entrar nessa dialética fácil e maniqueia. A explicitação das diversas dimensões da evangelização em sua distinção e unidade, tal como a Congregação Geral dos

jesuítas procurou inculcar aos membros da Companhia, pode nesse momento ultrapassar em atualidade os estreitos limites de nossa Ordem religiosa e ser de importância em nosso país.

A unidade da evangelização como proclamação da fé em Jesus Cristo morto e ressuscitado, promoção da justiça, inculturação e diálogo inter-religioso só pode ser cabalmente compreendida, se se adverte a seu fundamento teológico: a prioridade da ação de Deus sobre a de homens e mulheres, mesmo enviados por Ele em missão. Quando, como cristãos, portadores da boa nova de Jesus, chegamos a determinado ambiente, Deus já nos precedeu. Já está agindo lá, aonde não chegaram ainda os arautos do Evangelho de Cristo. Só se pode evangelizar de verdade, se se descobrem os traços dessa ação de Deus, agindo no diferente, no outro. Contra toda tendência a “mesmizar” sob pretexto de evangelizar, é preciso, antes de transmitir a mensagem de Cristo, primeiro aprender do culturalmente diferente, do religiosamente outro. Numa expressão característica de Santo Inácio, “Deus trabalha” lá (EE 236), antes que nós cheguemos para colaborar com sua graça.

Nos Exercícios Espirituais, Santo Inácio ensina que o diretor deve estar atento à ação de Deus no exercitante, para colaborar com ela, reforçando-a e estimulando o exercitante a acolhê-la. Inácio crê, por experiência, na ação direta de Deus sobre a criatura, “abrasando-a em seu amor e louvor e dispondo-a para o caminho em que melhor poderá servi-lo” (EE 15). Por isso o diretor dos Exercícios não deve inclinar o exercitante para este lado ou aquele, mas ajudá-lo a observar por onde Deus mesmo o vai conduzindo. A essa ação de Deus Inácio chama de consolação. A Congregação Geral estimula os jesuítas a tomarem a mesma atitude na sua missão de levar o Evangelho às diferentes culturas. Evangelizar será acolher a consolação de Deus já presente nas culturas e religiões, estando atentos ao “trabalho que Deus vai fazendo nessas culturas com as quais nos comprometemos e pelas quais se enriquece nosso sentido do mistério divino. Mas, se trabalhamos contra o gérmen de sua presença nas culturas de que se aproxima a Igreja, ou pretendemos ter direitos de propriedade sobre os assuntos de Deus, andamos desencaminhados em nossos esforços” (Decreto “Nossa missão e a cultura”, 9).

Em outros tempos talvez nos tivéssemos entendido muito facilmente como semeadores a plantar a semente da Palavra nos diversos ambientes, por ela ainda inatingidos. Hoje será preciso compreendermo-nos antes como colheitores que vão recolher o que Deus já semeou por meios de nós ignorados. Não qualquer resposta às necessidades da humanidade são adequadas. “A iniciativa deve vir do Senhor que está trabalhando nos eventos e nas pessoas, fazendo tudo chegar a termo aqui e agora. Deus nos convida a unirmo-nos a ele em seus trabalhos, em seus objetivos e a sua maneira” (Decreto “Características de nosso modo de proceder”, 8). É uma questão de fundo, mas também metodológica que nos desafia no desempenho da missão. Também a essa revista e à reflexão que ela se propõe veicular.